

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.101 - MG (2019/0344397-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : FRANKLIN JONES JÚNIOR
ADVOGADOS : DENIA MARCIA DUARTE - MG082977
STEPHANIE ALMEIDA FRANCA CUNHA - MG194248
RECORRIDO : MARCOS JOSE DA SILVA
RECORRIDO : ANTONIO JOAQUIM DA SILVA
RECORRIDO : BRASIL CONSULTING ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
ADVOGADO : GUILHERME MARRA MAGALHAES - MG133532
INTERES. : NATERCIA VIEIRA DA COSTA
ADVOGADO : DENIA MARCIA DUARTE - MG082977

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de despejo cumulada com cobrança.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por FRANKLIN JONES JÚNIOR, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de despejo, cumulada com cobrança de aluguéis, ajuizada pelo recorrente e por NATERCIA VIEIRA DA COSTA, em face de MARCOS JOSE DA SILVA e OUTROS.

Sentença: extinguiu o processo, sem resolução do mérito, com relação a BRASIL CONSULTING ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., tendo em vista sua ilegitimidade passiva, e julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar MARCOS JOSE DA SILVA e ANTONIO JOAQUIM DA SILVA ao pagamento de reparos no imóvel e dos aluguéis e faturas vencidas.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo recorrente,

nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DESPEJO C/C COBRANÇA - SUBLOCATÁRIO - NÃO AUTORIZADO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - RELAÇÃO JURÍDICA INEXISTENTE - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO QUANTO AO RÉU ILEGÍTIMO - DESPESAS PROCESSUAIS - SUCUMBÊNCIA - SENTENÇA MANTIDA. 1- É vedado ao sublocatário não autorizado figurar como parte no polo passivo da ação de despejo, pela ausência de vínculo jurídico entre o locador e o sublocatário. 2- Decorre do princípio da sucumbência a obrigação de assumir o pagamento das despesas processuais pela parte vencida.

Recurso especial: alega violação do art. 16 da Lei 8.245/91, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta a legitimidade passiva da sublocatária, que deve responder solidariamente pelo pagamento dos aluguéis e demais encargos locatícios, tendo em vista que a sublocação foi irregular. Alternativamente, pugna pelo reconhecimento da responsabilidade subsidiária da sublocatária.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: CPC/15

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do dispositivo legal indicado como violado. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, neste caso, a Súmula 282/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável,

porque foram descumpridos os arts. 1.029, § 1º, do CPC/15 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro em R\$ 300,00 (trezentos reais) o valor dos honorários devidos à BRASIL CONSULTING ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora